



Desenvolvimento de Quem?

A fundição de alumínio da
Mozal em Moçambique



Desenvolvimento de Quem?

A fundição de alumínio da Mozal em Moçambique

Dezembro de 2012

Sobres os editores:

A **Justiça Ambiental** (Friends Of the Earth Moçambique) entende justiça ambiental como o ato de usar o meio ambiente como um veículo para assegurar a equidade e a igualdade em toda a sociedade. A nossa missão é gerar uma cultura de ação civil em Moçambique, tanto por meio de ações para proteger o meio ambiente, quer por uma abordagem ativa a decisões de desenvolvimento que levantem questões de justiça ambiental em Moçambique e em todo o mundo.

www.justicaambiental.org

A **Jubilee Debt Campaign UK** (Campanha da Dívida do Jubileu) é parte de um movimento global que exige a libertação da escravidão de dívidas injustas e um novo sistema financeiro que coloque as pessoas em primeiro lugar.

www.jubileedebtcampaign.org.uk

A **Tax Justice Network** (Rede de Justiça Tributária) promove a transparência nas finanças internacionais e opõe-se ao sigilo. Apoiamos a igualdade de condições fiscais e opomo-nos às lacunas e distorções fiscais e de regulação, e aos abusos que resultam destas.

www.taxjustice.net

O nosso obrigado a Tim Jones, Anabela Lemos, Daniel Ribeiro, Dionisio Nombora, Mike Lewis, Joseph Stead, Joseph Hanlon, Murray Worthy, John Christensen, Nick Dearden e Maddy Evans.

Gostaríamos de agradecer também ao Tudor Trust e ao Methodist Relief and Development Fund pela sua ajuda no financiamento da pesquisa e na produção deste documento.

Para mais informações contate:

Jubilee Debt Campaign
The Grayston Centre
28 Charles Square
Londres
N1 6HT

+44 (0) 20 7324 4722

Twitter: @drophedebt

Facebook: jubileedebtcampaign

Número de registo da caridade: 1055675

Companhia limitada por garantia número: 3201959

Design: www.revangeldesigns.co.uk

Cover photo: © Mauro Pinto

Índice

Introdução	3
1. Construir uma Fundição de alumínio	4
2. As receitas provenientes da fundição	6
3. O impacto da Mozal	9
3.1 Eletricidade	9
3.2 Crescimento económico e das exportações	9
3.3 Meio-Ambiente	10
4. Conclusão	11
Suplemento: Estimativa das finanças da Mozal	14
Referências	20

Introdução

“A Mozal é um símbolo brilhante para o futuro de um dos países mais pobres do mundo.”¹

DEG – Deutsche Investitions-und Entwicklungsgesellschaft (em português Corporação Alemã de Investimentos e Desenvolvimento), um braço do governo Alemão.

“A Mozal é o maior projeto singular de investimento no setor privado alguma feito em Moçambique e espera-se que venha a gerar grandes benefícios socioeconómicos para um país emergente de uma guerra civil de 15 anos e a caminho para a recuperação. Encorajará também Moçambique a aumentar o seu enorme esforço para alcançar um desenvolvimento sustentável e reduzir os seus níveis de pobreza.”²

Mozfund grupo de investidores privados na Mozal

Desde 1999 que governos estrangeiros deram um grande apoio financeiro e político à construção da fundição de alumínio da Mozal em Moçambique. **Metade dos custos de construção da Mozal vieram diretamente, ou foram garantidos por instituições públicas.** Em troca, estas e os investidores privados têm recebido grandes retornos em lucros e juros. O governo de Moçambique, em contrapartida, tem ganho muito pouco. **Por cada \$1ⁱ pago pela fundição ao governo de Moçambique, estima-se que \$21 deixem o país em lucros ou juros para governos e investidores estrangeiros.**

A economia de Moçambique está a crescer, tendo duplicado os seus valores per capita entre 1998 e 2010. No entanto, o número de pessoas a viver com menos de \$2 por dia, na verdade, aumentou de 15.2 milhões em 1996 para 18.3 milhões em 2008 (o ano mais recente para o qual existem dados). A Mozal é um exemplo do porquê este crescimento beneficia prioritariamente as empresas e governos estrangeiros e as elites locais. Além disso, a fundição pode também ter causado impactos danosos ao distorcer a economia, utilizando eletricidade valiosa e afetando o meio ambiente local.

Como parte de uma estratégia de desenvolvimento genuína, o governo de Moçambique deveria assegurar ao seu povo um negócio muito melhor com a fundição através:

- 1. da renegociação das condições em que a Mozal está autorizada a operar, para garantir que a Mozal paga uma taxa de impostos justa, incidente sobre o valor do alumínio produzido;**
- 2. da alocação desse aumento de receitas da Mozal para gastos que atenuem a pobreza e a desigualdade, e a construção de infra-estrutura que sejam verdadeiramente úteis ao povo de Moçambique;**
- 3. da divulgação das condições com que todos os mega-projetos estão a operar em Moçambique, bem como o montante de impostos pago por cada um;**
- 4. da elaboração de um processo de monitoramento transparente, participativo e independente sobre o impacto cumulativo da Mozal até à data em termos sociais e ambientais, que viesse a recomendar melhorias para futuras operações.**

Financiadores, como o governo do Reino Unido e o Banco Mundial deveriam:

- 1. devolver o lucro excessivo que fizeram com a Mozal ao povo de Moçambique;**
- 2. apoiar uma renegociação dos termos contratuais da fundição de modo a garantir que a Mozal venha a pagar uma taxa de impostos justa;**
- 3. no futuro apoiar somente projetos que promovam um desenvolvimento verdadeiramente equitativo, com o consentimento prévio e informado dos povos afetados, e que tenha sido abertamente debatido no parlamento de Moçambique e nos órgãos de comunicação social, com o envolvimento da sociedade civil.**

i. Todos os valores neste documento estão em Dólares Americanos (\$) e respectivos cêntimos(¢).

1. Construir uma Fundição de Alumínio

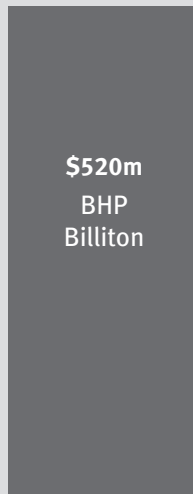
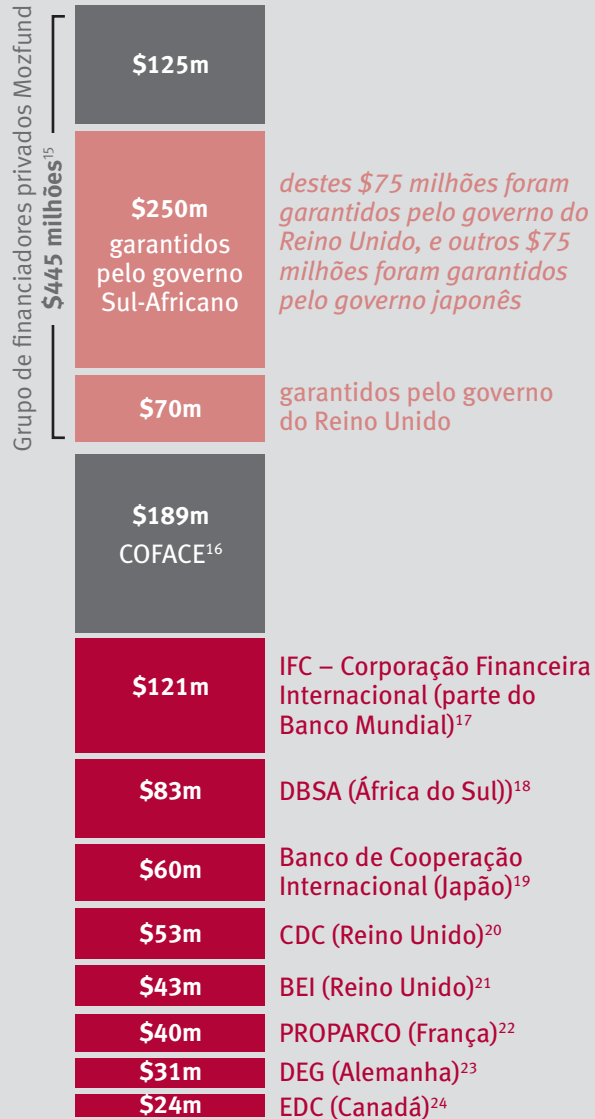
A guerra civil em Moçambique terminou no início de 1990. Conforme o país se foi tornando mais estável, financiadores estrangeiros começaram a discutir com o governo de Moçambique como “desenvolver” a sua economia. No final de 1990, deram-se início aos trabalhos no projeto industrial porta-estandarte do país, a fundição de alumínio da Mozal. Esta fábrica de grande escala viria a usar os recursos de eletricidade do país em combinação com alumina³ importada, para produzir alumínio. Na época, os planejadores previam uma escassez global de suprimentos de alumínio.⁴ A Mozal ajudaria a preencher a lacuna na Europa, Japão e África do Sul.⁵

Uma série de governos, organizações e empresas foram envolvidos na construção e operação da fundição. O governo de Moçambique decidiu que para atraí-los, deveria isentar a Mozal de impostos sobre o lucro e do IVA, cobrando apenas um imposto sobre o seu volume de negócios de 1%, e permitindo simultaneamente que todo o lucro da fundição rumasse para offshore.⁶ Este tratamento especial foi necessário, segundo argumentaram, para atrair investidores internacionais; a BHP Billiton, que possui 47% da Mozal, e a Mitsubishi, que possui 25%. Os outros dois investidores com quotas são a sul africana IDC – Industrial Development Corporation (com 24% das ações) – e o governo de Moçambique (com 3,9%).⁷ A fundição foi construída em duas fases. A Mozal I começou a operar em Setembro de 2000, seguida pela Mozal II em 2004.

Mas além das isenções fiscais, a Mozal recebeu centenas de milhões de dólares em empréstimos de organizações de desenvolvimento governamentais que ajudaram a financiar a construção da fundição, incluindo da Corporação Financeira Internacional (IFC) do Banco Mundial; do Banco Europeu de Investimento da UE; da Industrial Development Corporation e do Development Bank of South Africa, ambos da África do Sul; do Banco de Cooperação Internacional do Japão; do CDC do Reino Unido; do DEG da Alemanha; da PROPARGO de França e do EDC do Canadá.⁸ⁱ As agências de crédito à exportação dos governos sul-africano, japonês e britânico também garantiram empréstimos de bancos privados.ⁱⁱ

No total, \$2.2 bilhões foram investidos para construir a Mozal, metade de investidores em troca de quotas (proprietários da empresa), e metade em empréstimos.⁹ Os 3,9% de participação do governo de Moçambique foram pagos por um empréstimo de \$43 milhões contraído ao Banco Europeu de Investimento (BEI) da UE e de propriedade pública¹⁰. Em troca, o BEI recebe metade da fatia de lucros da Mozal que cabe ao governo de Moçambique.¹¹

- i. Organizações públicas de desenvolvimento financeiro como estas concedem investimentos em dívidas ou em ações em países em vias de desenvolvimento. Procuram um retorno financeiro, mas também alegam estar a apoiar o desenvolvimento e a reduzir a pobreza com as suas ações.
- ii. As agências de crédito para exportação atribuem ou garantem empréstimos a empresas e países estrangeiros. Normalmente estes são para adquirir exportações desses países. No entanto, neste caso o capital importado para construir a Mozal veio principalmente da África do Sul. O envolvimento de agências de crédito para exportação dos governos japonês e britânico na Mozal foi com a finalidade de apoiar empresas multinacionais registradas no Japão e no Reino Unido.

Gráfico 1. Where's the money coming from? Investment into the Mozal smelter**Investidores em ações: \$1.1 bilhões:¹²****Financiadores da dívida: \$1.1 bilhões:¹⁴**

privado

público

garantia pública

No total, metade dos custos de construção da Mozal – \$1.1 bilhões – vieram diretamente de instituições públicas, ou de empréstimos privados garantidos por estas. A maioria destes organismos está incumbida de usar o seu dinheiro para criar desenvolvimento e reduzir a pobreza. Aproximadamente \$800 milhões, cerca de 35% do investimento, surgiram da compra de quotas dos proprietários privados da Mozal, a BHP Billiton e a Mitsubishi. Os restantes \$300 milhões, aproximadamente 15%, vieram de financiadores privados não garantidos por qualquer instituição pública.

2. As Receitas Provenientes da Fundição

Apesar de todo o investimento público e de todo o ênfase no desenvolvimento, muito pouca é a receita da fundição que acaba nos cofres do governo de Moçambique. Estimamos que o governo de Moçambique tem vindo a receber uma média de apenas \$15 milhões por ano em impostos e participação nos lucros (para esta e outras estimativas mencionadas neste documento, consulte os cálculos detalhados no suplemento). Em contraste:

- ó o governo britânico tem feito em média \$6 milhões por ano em juros, e pode também estar a receber impostos sobre o lucro da BHP Billiton que é repatriado para o Reino Unido, algo que o UK Export Finance estabeleceu como condição nas suas garantias de empréstimo.

Nós estimamos que:

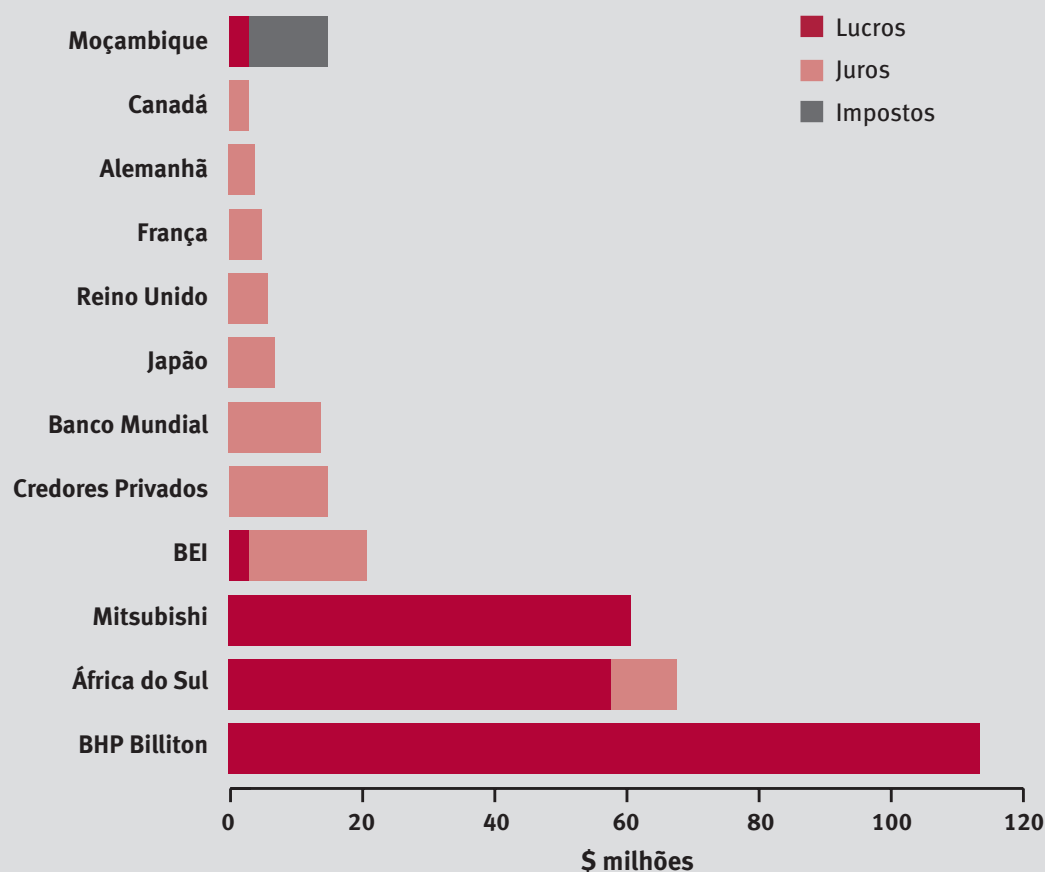
- o governo Sul-Africano tem feito em média \$68 milhões por ano em pagamentos de juros e em lucro; A IFC do Banco Mundial tenha feito \$14 milhões por ano em pagamentos de juros.

A BHP Billiton relata que:

- fez um lucro de \$800 milhões entre 2005/06 e 2011/12, uma média de \$114 milhões por ano. Se a Mitsubishi teve lucros proporcionais a estes, os dois proprietários privados da Mozal fizeram coletivamente mais de \$175 milhões de lucro por ano da fundição (antes dos eventuais impostos no Reino Unido, Austrália e Japão). Tal taxa de lucros seria mais do que 11 vezes a receita do governo de Moçambique.

Estimamos que a BHP Billiton tenha investido \$520 milhões na Mozal. Entre 2005/06 e 2011/12, os extratos financeiros da BHP Billiton dizem que estes receberam uma média de \$114 milhões de lucros anuais da fundição.²⁵ A taxa anual de retorno sobre o capital investido ronda, portanto, os 22%.

Gráfico 2. Estimativa de ganhos anuais dos vários investidores da Mozal



Em 2001, a BHP Billiton disse ao governo Britânico que esperava uma taxa interna de retorno do seu investimento de 18%.²⁶ Os lucros elevados para os investidores foram previstos com antecedência. Em 2001, a Mozfund afirmou “A Mozal trará valor acrescentado para os acionistas da BHP Billiton. Ela excede confortavelmente as taxas mínimas de atratividade («hurdle rates») de retorno da BHP Billiton”.²⁷

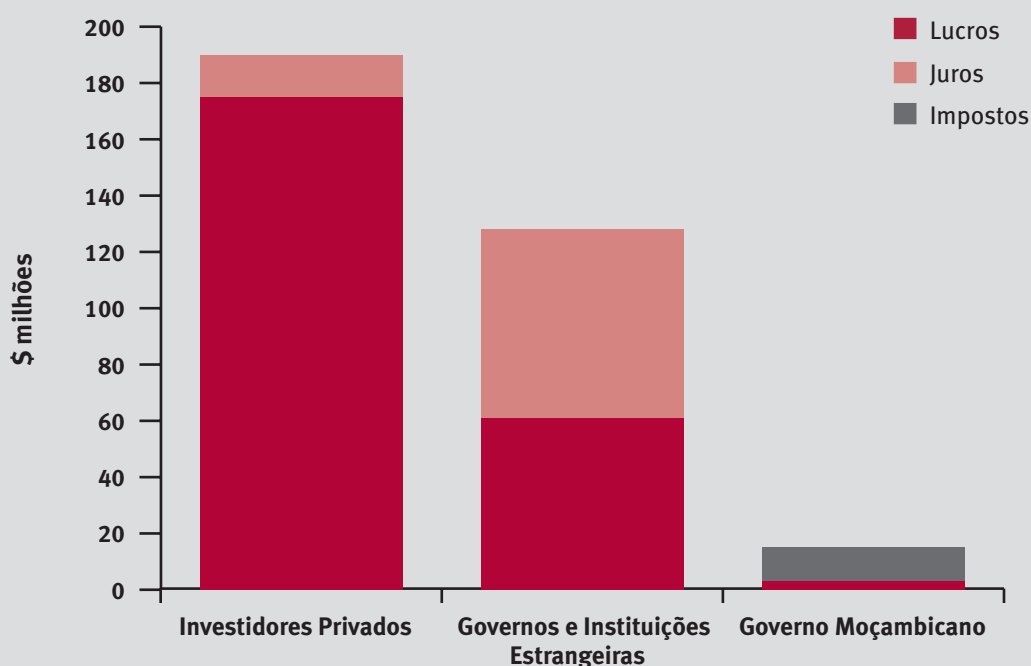
Estimamos que coletivamente, os investidores estrangeiros, governos e bancos públicos de desenvolvimento têm recebido uma média de \$320 milhões por ano da fundição, em contraste com os \$15 milhões do governo de Moçambique. Por cada \$1 pago pela fundição ao governo de Moçambique, \$21 deixam o país em lucros ou juros de governos e investidores estrangeiros.

A maioria dos bancos de desenvolvimento que apoiaram o projeto recusaram-se a revelar-nos valor algum referente quer às taxas de juros cobradas pelos empréstimos contraídos, quer ao pagamento desses empréstimos. No entanto, o CDC do Reino Unido revelou que emprestou à Mozal \$52.8 milhões, mas que recebeu \$140.9 milhões (\$88.1 milhões de juros).²⁸ Estes empréstimos foram pagos na totalidade em 2012. Se o plano de empréstimos dos outros bancos de desenvolvimento for idêntico a este, o lucro da Mozal deverá aumentar nos próximos anos em virtude da liquidação das suas dívidas.

A agência de crédito à exportação do governo britânico, UK Export Finance, normalmente garante empréstimos a empresas e países estrangeiros para estes comprarem exportações britânicas. No entanto, esse não foi o caso com a Mozal, onde os lucros da BHP Billiton é que estavam a ser apoiados, não as exportações britânicas. Os bens de capital utilizados para construir a fundição vieram principalmente da África do Sul. Ao garantir empréstimos privados à Mozal, a UK Export Finance disse que “O principal retorno do Reino Unido pelo seu apoio à fase 2 da Mozal serão os dividendos da BHP Billiton, o patrocinador do Reino Unido.”²⁹ A UK Export Finance exigiu algumas condições para garantir os empréstimos à Mozal.

Primeiro, queriam a garantia de que a BHP Billiton permaneceria a acionista principal da Mozal, de modo a que o lucro continuasse a acumular-se numa empresa britânica registrada. Em segundo lugar, insistiram que os lucros fossem “repatriados para o Reino Unido, onde serão tributados”.³⁰ Em nenhum momento, nas suas avaliações do projeto, consideraram o quanto de impostos o governo e o povo Moçambicano iriam receber.

Gráfico 3. Estimativa de ganhos anuais dos vários investidores da Mozal



A BHP Billiton recusou-se a revelar o montante de impostos que paga no Reino Unido sobre o lucro da Mozal, alegando que “tem que ser cautelosa para não violar a legislação aplicável sobre a divulgação de informação, prevista quer pelas leis das sociedades por ações, quer pelas leis sobre valores mobiliários. Como tal, só pode partilhar com a Jubilee Debt Campaign informação *seletiva* sobre a Mozal (ou sobre qualquer outro assunto).”³¹ Se eles têm repatriado todo o seu lucro da Mozal para o Reino Unido, conforme determinado pela UK Export Finance, e pago o UK Corporation Tax (Imposto sobre as Corporações do Reino Unido), terão pago em média \$35 milhões por ano entre 2004/05 e 2011/12.

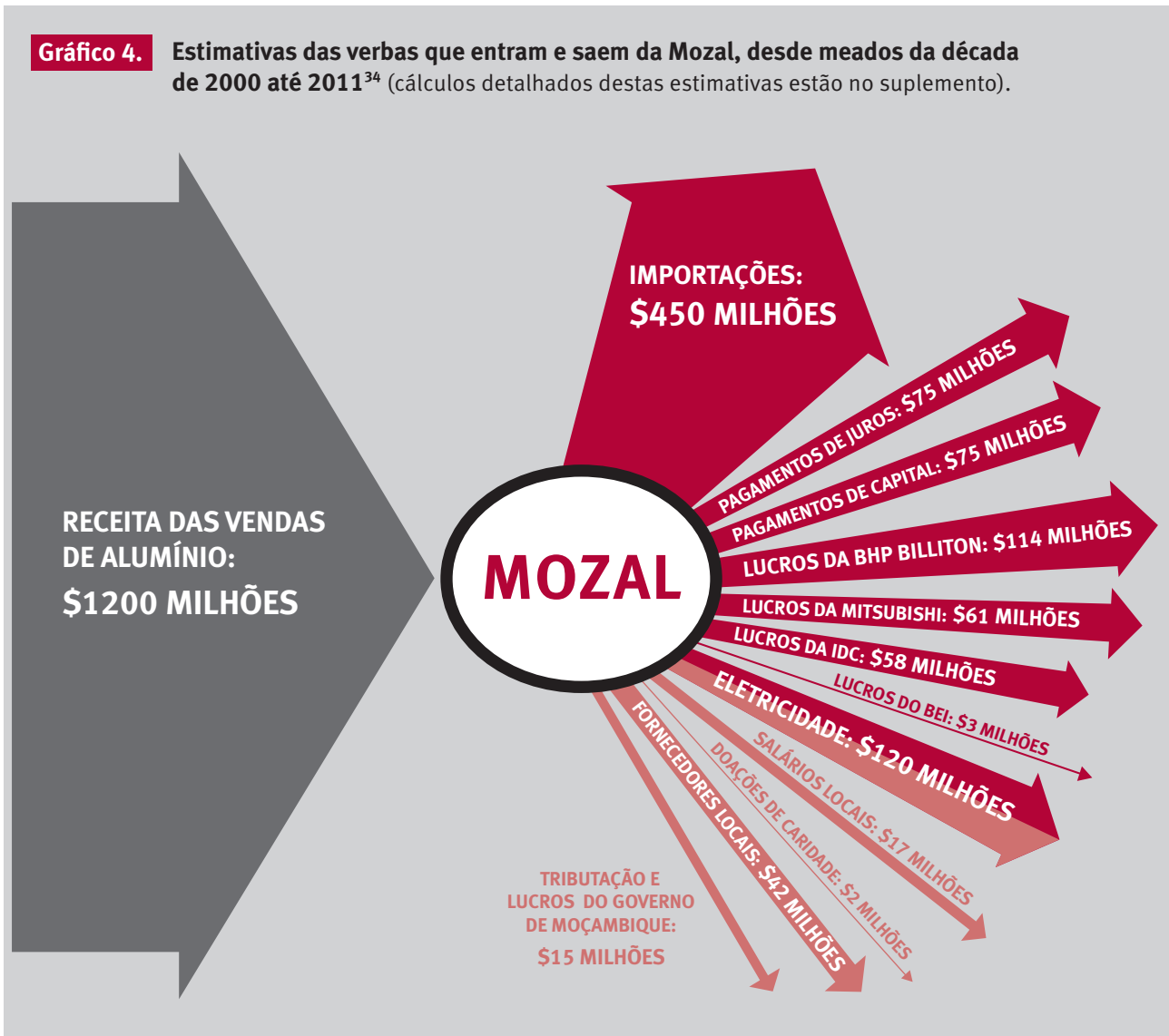
A UK Export Finance afirmou em 2001, na sua minuta de subscrição ao projeto Mozal, que empréstimos ao investimento como o que garantiram à Mozal “não visam promover o comércio, mas são sim destinados a projetos que têm um efeito de desenvolvimento na economia do país anfitrião”.³² No entanto, nem neste

nem nos outros documentos cedidos à Jubilee Debt Campaign em conformidade com a Lei de Liberdade de Informação, descreveu que efeitos de desenvolvimento seriam estes, ou a forma como o público de Moçambique em geral beneficiaria de um projeto de capital intensivo com isenções fiscais tão grandes.

A fundição tem pouca interação com a economia de Moçambique. Dois economistas da Universidade de Copenhaga, e um da Universidade de Akron, em Ohio, afirmaram: “Os mega-projetos [tais como a Mozal] são propriedade estrangeira, são projetos de capital intensivo que dependem fortemente de intermediários importados e exportam 100% da sua produção. Nestas circunstâncias, as ligações com a economia nacional serão pequenas.”³³

Nós estimamos que apenas \$200 milhões da receita anual de \$1.2 bilhões da Mozal médio entra na economia de Moçambique. O resto paga importações, é gasto em pagamentos da dívida da empresa, ou sai como lucro.

Gráfico 4. Estimativas das verbas que entram e saem da Mozal, desde meados da década de 2000 até 2011³⁴ (cálculos detalhados destas estimativas estão no suplemento).



3. O Impacto da Mozal

3.1 Eletricidade

Um recurso chave de Moçambique de que a Mozal faz uso é a eletricidade. A BHP Billiton diz que a Mozal adquire eletricidade à barragem de Cahora Bassa em Moçambique, através de um consórcio com a companhia de eletricidade Sul Africana Eskom.³⁵ Estimamos que a Mozal use cerca de 45% da eletricidade produzida em Moçambique, e seja responsável por 65% da eletricidade consumida.³⁶ Este é um uso enorme dos recursos de Moçambique para uma fábrica que contribui com tão pouco para a economia nacional. Em contraste, apenas 12% da população de Moçambique tem acesso a energia elétrica.³⁷

Uma das razões para os grandes lucros gerados pela Mozal é a extremamente generosa tarifa de energia elétrica que paga. A Mozal negociou um preço fixo de eletricidade de 1.1¢ por kwh até ao final de 2006, e depois de 1.6¢ por kwh até 31 de Dezembro de 2012.³⁸ Em contraste, em 2008 as tarifas de eletricidade em Moçambique foram de 4.5¢ a 6¢ por kwh para os usuários industriais, 9¢ por kwh para usuários residenciais e 12¢ por kwh para usuários comerciais.³⁹ Os cidadãos de Moçambique que têm acesso a energia elétrica têm vindo a pagar mais de cinco vezes o que a Mozal paga.

3.2 Crescimento Económico e das Exportações

Desde 1998, Moçambique tem tido um crescimento económico elevado, com uma média de quase 8 por cento ao ano, uma das taxas mais elevadas em África.⁴⁰ O valor do rendimento per capita duplicou entre 1998 e 2010.⁴¹ No entanto, este crescimento económico não resultou na redução da pobreza. Segundo o Banco Mundial, na verdade, o número de pessoas que vivem com menos de \$2 por dia aumentou de 15.2 milhões em 1996 para 18.3 milhões em 2008, o último ano com dados disponíveis.⁴² Dada a taxa de crescimento económico per capita, não seria insensato esperar que o número de pessoas a viver com menos de \$2 por dia tivesse diminuído para metade, isto se um crescimento económico em benefício dos pobres estivesse genuinamente a acontecer.

A Mozal demonstra uma das razões porque isto acontece. As altas receitas de exportação – A Mozal representa 30 por cento das exportações oficiais de Moçambique e a sua atividade económica gera aumentos nos valores globais de crescimento e exportações. Mas estes valores não estão a entrar na economia de Moçambique. Isto dá azo a perigosas falsas percepções. Por exemplo,

a fim de pagar a dívida externa, as exportações são necessárias para gerar receita externa. Portanto, o FMI e o Banco Mundial aconselham o governo de Moçambique em relação à dívida que deve contrair, com base nos níveis de exportação. No entanto, as receitas de exportação verdadeiras que entram em Moçambique são muito mais baixas do que as apresentadas nestas análises, podendo levar a um perigoso aumento da dívida externa do governo.

O FMI diz que as exportações de Moçambique em 2012 terão sido de \$3.8 bilhões.⁴³ Desse total, pelo menos \$1.2 bilhões – 30% – será da Mozal. Mas das receitas de exportação da Mozal, apenas \$200 milhões entram no país. O valor “real” das exportações de Moçambique, tendo em conta a quantia real de dinheiro da Mozal que entra no país, é de apenas \$2.8 bilhões. Este novo cálculo só leva em conta a Mozal, não o impacto de outros mega-projetos cujas receitas de exportação, na realidade, também nunca entrar no país.

O FMI diz que em 2012 o governo de Moçambique vai gastar 3.8% das receitas de exportação do país para pagar a dívida externa, \$145 milhões. Mas uma vez excluídas as receitas da Mozal que não entram no país, essa percentagem sobe para 5%.

É claro que, de modo nenhum todas as receitas de exportação que entram em Moçambique acabam nos cofres do governo. Nós estimamos que apenas \$15 bilhões lá acabem em virtude de tributação direta e de lucro, embora mais do que isso possa lá acabar indiretamente. Para fazer pagamentos da dívida externa, o governo de Moçambique tem de usar a moeda estrangeira adquirida com as exportações.

O rendimento da Mozal que entra realmente no país, representa 6% dos \$2.8 bilhões das exportações de Moçambique. Assim sendo, é razoável dizer que os rendimentos da Mozal devem contribuir com 6% dos pagamentos do governo da dívida de Moçambique: \$9 milhões. Ou seja, dos \$15 milhões que o governo de Moçambique recebe de Mozal, cerca de \$9 milhões são necessários para cobrir o pagamento da sua dívida.

O FMI estima que em 2017 as receitas de exportação de Moçambique terão aumentado 70% para \$6.5 bilhões, mas os pagamentos da dívida terão mais que triplicado para \$500 milhões.⁴⁴ Portanto, embora a Mozal gerará uma parcela menor das receitas de exportação do país, a contribuição que terá de fazer para o pagamento da dívida do governo terá de aumentar para cerca de \$15 milhões. A não ser que a receita que o governo faz com a Mozal aumente, em 2015, quase todo o dinheiro que faz com a fundição será gasto em pagamentos da dívida.

3.3 Meio-Ambiente

A Mozal também tem um impacto sobre o meio-ambiente e os níveis de poluição. Em 2010 e 2011, fumos de escape da fábrica foram lançados diretamente para a atmosfera sem serem tratados, incluindo fluoreto de hidrogénio, dióxido de enxofre, dióxido de nitrogénio e ozono.⁴⁵

Estes fumos foram lançados porque a Mozal encerrou os centros de tratamento de gases e fumos na fundição, a fim de lidar com a corrosão. Tratar poluentes como o flúor e o dióxido de enxofre foi uma exigência do estudo de impacto ambiental de 1998.⁴⁶ A Mozal afirmou que o lançamento de poluentes seria abaixo dos limites estabelecidos e não apresentaria qualquer risco para a saúde humana e/ou para o meio-ambiente.⁴⁷ Este plano foi aprovado em Junho de 2010. O trabalho foi realizado entre Novembro de 2010 e Março de 2011.⁴⁸

Seis ONGs de Moçambique, incluindo a Justiça Ambiental, criaram uma coligação contra a libertação planeada de poluentes não tratados, apresentando queixas ao Compliance Advisor Ombudsman do Banco Mundial (dado o envolvimento do IFC e da MIGA), ao Mecanismo para Reclamações do Banco Europeu de Investimento, e aos pontos de contacto nacionais da OCDE no Reino Unido e na Austrália (porque a BHP Billiton está registrada em ambos). Eles afirmaram que o fluoreto de hidrogénio, o dióxido de enxofre, o dióxido de nitrogénio e o ozono são todos regulados por lei por serem um perigo para a saúde humana e para o meio ambiente.⁴⁹

As ONGs de Moçambique indicaram que:⁵⁰

- Era incompreensível que a Mozal tivesse feito o investimento inicial nos centros de tratamento de gases, e que agora estivesse a gastar \$10 milhões para renová-los, se aparentemente o tratamento de gases não é necessário;
- A Mozal deu justificações diferentes para a corrosão: a má qualidade do aço utilizado na construção civil e/ou que os centros de tratamento só tinham uma vida útil de 10 anos. O grupo de ONGs alega que: “Ou eles usaram material inadequado, ou falharam no seu Estudo de Impacto Ambiental inicial.”
- Em 2004, a BHP Billiton fechou durante 72 horas a estação de tratamento de gases numa fundição de alumínio na África do Sul e emitiu um alerta de saúde aconselhando “pessoas com asma e com outros problemas respiratórios, ou que tenham baixa tolerância a fumos e a poeiras, a permanecer em espaços interiores”.⁵¹
- A Mozal recusou-se a facultar os dois estudos que anteviam que a libertação de gases não tratados não constituiria um risco de saúde nem ambiental, ou a facultar os relatórios anuais sobre o seu desempenho ambiental do passado.

A Mozal diz ainda que análises técnicas determinaram que as concentrações de poluentes estariam abaixo dos limites estabelecidos e não apresentariam qualquer risco para a saúde humana e/ou para o meio-ambiente.⁵²

A coligação reuniu cerca de 15 mil assinaturas, pedindo ao parlamento de Moçambique para cancelar a autorização até que todas as opções fossem inteiramente analisadas e discutidas publicamente.

Durante 2011 o Compliance Advisor Ombudsman do Banco Mundial conduziu um processo de “mediação” entre a Mozal, as ONGs e a comunidade local. Este processo terminou em Dezembro de 2011, quando as ONGs foram autorizados a apresentar o caso à “Compliance Team”. Em Agosto de 2012 o Compliance Advisor Ombudsman escreveu aos reclamantes, dizendo que o “CAO concluiu que uma série de questões levantadas merecem mais investigação. Como tal, de acordo com suas diretrizes operacionais, o CAO desenvolverá Termos de Referência para uma auditoria ao desempenho social e ambiental da IFC no que a este investimento diz respeito.”⁵³ No entanto, esta queixa tem agora 18 meses, e os gases foram lançados há mais de um ano atrás.

4. Conclusão

A Mozal foi o primeiro de vários mega-projetos em Moçambique nos últimos anos. Outros grandes projetos de investimento estrangeiro e capital intensivo no país incluem:

- A planta de extração de gás natural da Sasol
- O projeto de areias pesadas de Kenmare
- A mina de carvão da Vale
- A mina de carvão da Rio-Tinto

Tal como acontece com a Mozal, estes projetos podem criar um alto crescimento económico, altos lucros e oportunidades de altos rendimentos para as elites em Moçambique. Mas se copiarem a Mozal, tal como esta falharão em reduzir a pobreza e direcionarão a sua atenção para longe de um genuíno e tão necessário crescimento em benefício dos pobres.

Em fevereiro de 2011, o presidente do maior banco de Moçambique, o Millennium BIM, defendeu que “os mega-projetos têm de ser re-estruturados para (trazer benefícios para) as pessoas deste país”.⁵⁴ O economista Jeffrey Sachs disse recentemente também que os contratos devem ser renegociados nos mega-projetos, porque as isenções fiscais são muito grandes.⁵⁵ Quando questionado no parlamento sobre quanto os mega-projetos estão a pagar em impostos, o Ministro da Planificação e Desenvolvimento Aiuba Cuereneia não respondeu.⁵⁶

É incrível que um projeto com tanto financiamento internacional para o desenvolvimento, tenha trazido tão grandes lucros para governos e companhias multinacionais estrangeiras, e tão pouco para o povo de Moçambique. Além disso, a fundição pode também ter tido impactos danosos ao distorcer a economia, utilizando eletricidade valiosa e tendo impacto sobre o meio-ambiente local.

O governo de Moçambique insiste, em aliança com os doadores internacionais, em seguir um plano de desenvolvimento baseado em mega-projetos. Extração de gás, minas de carvão e projetos de areias pesadas têm todos avançado. Esta estratégia de desenvolvimento prende Moçambique ainda mais à condição de fonte de matérias-primas e de bens elementares. Os investidores estrangeiros e as elites locais apoderam-se de grandes prémios, mas para a maioria das pessoas em Moçambique, a ideia de justiça económica nunca pareceu tão distante.

O governo de Moçambique deveria mudar sua estratégia económica para o desenvolvimento de indústrias produtivas, que criam postos de trabalho, sem deixar de usar os recursos do país para gerar e assegurar receitas que sejam equitativamente divididas entre as pessoas de Moçambique.

Recomendações para o governo de Moçambique

Como parte de uma estratégia de desenvolvimento genuína, o governo de Moçambique deve assegurar que o seu povo receba muito mais do negócio com a fundição ao:

1. Renegociar as condições em que a Mozal está autorizada a operar, de modo a garantir que a Mozal paga uma taxa de impostos justa, incidente sobre o valor do alumínio produzido

O povo de Moçambique deveria ter recebido com a Mozal muitas vezes o valor da receita que recebeu. O atual imposto sobre o volume de negócios é muito pequeno, mas é um imposto sobre a produção. Ao contrário de impostos sobre os lucros, estes são mais difíceis de evitar pelas empresas, porque o volume de produção que ocorre num país é definido. O governo de Moçambique deve aumentar o imposto sobre o volume de negócios para várias vezes o seu valor.

Um imposto sobre o volume de negócios pode também ser calculado multiplicando a quantidade de alumínio produzida pelo preço a pronto do alumínio no London Metal Exchange, e não pelas receitas, para garantir que não pode ser contornado no futuro ao mover as receitas para offshore.

A maioria dos investimentos em dívida da Mozal já foi paga, assim, os lucros Mozal poderiam ser bem maiores nos próximos anos. Agora é um momento oportuno para o governo de Moçambique exigir que o povo de Moçambique receba uma parcela maior desses lucros. Nas médias anuais desde 2005, um imposto sobre o volume de negócios de 5% teria aumentado a receita anual do governo com a Mozal, para \$60 milhões, deixando ainda \$180 milhões para a BHP Billiton, a Mitsubishi e a Industrial Development Corporation of South Africa partilharem, uma taxa de retorno sobre os seus investimentos de 17%.

2. Aplicar o dinheiro resultante do aumento das receitas com a Mozal, em gastos para reduzir a pobreza e a desigualdade, e na construção de infra-estruturas que sejam verdadeiramente úteis ao povo de Moçambique

Um aumento nas receitas do governo deve ser usado para reduzir a pobreza e a desigualdade, e investir em infra-estruturas e capacitações que desenvolvam indústrias, que criem empregos e genuinamente contribuam para reduzir a pobreza e fomentar a igualdade. O governo deve ser vigilante para não contrair uma dívida externa avultada, que possa levar a que receitas obtidas a partir de projetos como o da Mozal deixem o país em amortizações e juros.

3. Revelar os termos em que todos os mega-projetos estão a operar em Moçambique, bem como o montante de impostos pago por cada um

A Mozal é apenas um de vários mega-projetos a operar em Moçambique agora. O governo de Moçambique deve revelar as condições em que todos esses projetos estão a operar e, se aplicável, renegociar esses termos para que todos os mega-projetos estejam a pagar um valor justo de impostos.

4. Implementar um processo de monitorização transparente, participativo e independente sobre o impacto cumulativo da Mozal na sociedade e no meio-ambiente até à data, que recomende melhorias em futuras operações

Tal processo deve ser disponibilizado ao público de forma justa, ordenada, oportuna e de fácil acesso. Uma auditoria geral independente deve ter uma componente ambiental e social forte, e deve ser um processo transparente e participativo do início ao fim, incluindo no desenvolvimento de termos de referência. Este processo permitiria uma melhor compreensão do impacto cumulativo até à data e recomendaria melhorias para operações futuras.

Recomendações para governos estrangeiros

Os governos estrangeiros e os bancos de desenvolvimento públicos têm feito grandes quantidades de dinheiro com a Mozal em comparação com o montante que investiram. Além disso, muitas destas instituições disseram que estavam a apoiar a Mozal como um projeto de desenvolvimento, e no entanto, nada fizeram para garantir que o governo e o povo de Moçambique recebessem uma parte mais justa das receitas. Financiadores, como o governo do Reino Unido e o Banco Mundial deveriam:

1. Devolver o lucro excessivo que fizeram com a Mozal ao povo de Moçambique

Além de já ter recebido o valor do empréstimo na totalidade, o CDC do governo do Reino Unido já recebeu \$88 milhões em juros da Mozal, isto num empréstimo para ‘desenvolvimento’ de \$53 milhões, com uma taxa de juros média de 15.6%. Com uma taxa de juros (ainda alta) de 8%, o CDC teria recebido ainda cerca de \$45 milhões em juros. O CDC devia, no mínimo, pagar a diferença – \$43 milhões – do seu exagerado lucro da Mozal ao povo de Moçambique.

Os outros financiadores de desenvolvimento deviam devolver esse dinheiro da mesma forma. Embora não saibamos as condições em que esses empréstimos foram dados, se tiverem sido as mesmas com que os empréstimos do CDC, pelo menos, os seguintes valores listados abaixo na Tabela 1 deveriam ser devolvidos a Moçambique, mais de \$350 milhões no total.

2. Apoiar uma renegociação de termos com a fundição da Mozal de modo a garantir o pagamento de uma taxa justa de impostos

Os governos estrangeiros que apoiaram o esquema da Mozal deveriam admitir a sua negligência grosseira em permitir que tão poucos impostos fossem pagos sobre o projeto, e consequentemente, que deste resultassem tão poucos benefícios para a maioria das pessoas em Moçambique. Os governos deveriam apoiar publicamente uma renegociação dos termos em que a fundição opera, dentro dos parâmetros acima delineados.

3. No futuro, apoiar somente projetos que promovam genuinamente um desenvolvimento equitativo, com o consentimento prévio e informado dos povos afetados, e após estes terem sido debatidos abertamente no parlamento de Moçambique e nos órgãos de comunicação social, com o envolvimento da sociedade civil

Os governos estrangeiros poderiam estar a apoiar a democracia económica em Moçambique. Isto significa que apenas se deviam envolver em projetos onde os povos afetados tenham dado o seu consentimento prévio e informado, e onde os projetos tivessem sido debatidos abertamente na comunicação social e com a sociedade civil, e tenham recebido o consentimento do parlamento de Moçambique.

Tabela 1. Estimativa dos lucros exorbitantes feitos pelos financiadores de “desenvolvimento” da Mozal, que devem ser devolvidos a Moçambique

Financiador	Valor do Empréstimo	Juros Auferidos*	Juros Teóricos sob Taxa de Juros Reduzida	Quantia a Ser Devolvida a Moçambique
IFC, Banco Mundial	\$121 milhões	\$200 milhões	\$103 milhões	\$97 milhões
DBSA (África do Sul)	\$83 milhões	\$138 milhões	\$71 milhões	\$67 milhões
Banco de Coop. Internacional (Japão)	\$60 milhões	\$100 milhões	\$51 milhões	\$49 milhões
CDC (Reino Unido)	\$53 milhões	\$88 milhões	\$48 milhões	\$43 milhões
BEI (UE)	\$43 milhões	\$71 milhões	\$37 milhões	\$34 milhões
PROPARCO (França)	\$40 milhões	\$66 milhões	\$34 milhões	\$32 milhões
DEG (Alemanha)	\$31 milhões	\$51 milhões	\$26 milhões	\$25 milhões
EDC (Canadá)	\$24 milhões	\$40 milhões	\$20 milhões	\$20 milhões
Total				\$367 milhões

*Se as condições dos empréstimos forem idênticas às do CDC

Suplemento: Estimativa das Finanças da Mozal

A. Receita

A fundição produz até 563 mil toneladas de alumínio por ano,⁵⁷ e todas elas são exportadas a um preço de \$2000 por tonelada, o que significa uma receita de \$1.1 bilhões por ano. Estatísticas da ONU indicam que os valores do alumínio exportado de Moçambique entre 2004 e 2011 têm sido entre os \$900 milhões e os \$1.6 bilhões por ano⁵⁸ – a única fonte para o qual só pode ser a fundição. A receita média por ano, com base nesses números de exportação de alumínio da ONU é de \$1.2 bilhões.⁵⁹

Essa receita tem que cobrir todos os custos da Mozal, incluindo trabalho, energia elétrica, matérias-primas, pagamentos de juros da dívida e pagamentos de capital. O resto desta receita, como é claro, é lucro. Analisemos agora o que sabemos sobre estes lucros e custos.

B. Lucro

O Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE), a empresa holding do governo de Moçambique, divulgou os dividendos que recebeu da Mozal de 2005 a 2009 (ver tabela abaixo). Em Agosto de 2011, divulgou que a Mozal não providencia quaisquer dividendos ao governo de Moçambique desde 2009.⁶⁰

Tabela 2. Dividendos do governo de Moçambique provenientes da Mozal, por ano de calendário⁶¹

Ano	Dividendos
2005	\$7 milhões
2006	\$12 milhões
2007	\$15.4 milhões
2008	\$8.6 milhões
2009	0
2010	0
2011	0

Extrapolando estes números obtemos os dividendos abaixo, referentes a todos os acionistas (assumindo que o governo de Moçambique fica com uma metade dos valores acima mencionado e o BEI recebe a outra, conforme estabelecido no acordo mediante o qual pagou pela participação do governo de Moçambique).

Tabela 3. Estimativa dos rendimentos dos dividendos da Mozal com base nos dividendos do governo, de 2005 a 2011

Ano	BHP Billiton	Mitsubishi	IDC	Governo de Moçambique	BEI	Total
2005	\$84.4 milhões	\$44.8 milhões	\$43 milhões	\$3.5 milhões	\$3.5 milhões	\$179.2 milhões
2006	\$144.8 milhões	\$77 milhões	\$74.9 milhões	\$6 milhões	\$6 milhões	\$308.7 milhões
2007	\$185.7 milhões	\$98.8 milhões	\$94.8 milhões	\$7.7 milhões	\$7.7 milhões	\$394.7 milhões
2008	\$103.9 milhões	\$55.3 milhões	\$53 milhões	\$4.3 milhões	\$4.3 milhões	\$247.8 milhões
2009	0	0	0	0	0	0
2010	0	0	0	0	0	0
2011	0	0	0	0	0	0
Total	\$518.8 milhões	\$275.9 milhões	\$265.7 milhões	\$21.5 milhões	\$21.5 milhões	
Média Anual	\$74.1 milhões	\$39.4 milhões	\$38 milhões	\$3.1 milhões	\$3.1 milhões	

No entanto, a BHP Billiton também divulgou o lucro que fez da Mozal após impostos.⁶² Desde 2005/06, tem sido em média de \$114 milhões por ano, mais do que os \$74.1 milhões extrapolados acima, embora este tenha flutuado descontroladamente (ver abaixo a Tabela 4). Para mais, nos anos financeiros de 2008/09, 2009/10 e 2010/11, quando dividendos nenhuns foram pagos ao governo de Moçambique, a BHP Billiton obteve lucros. Isto sugere que a BHP Billiton fez lucros da Mozal à margem dos seus dividendos.

Outra possível fonte de lucro da BHP Billiton com a Mozal, é a diferença entre o preço que paga pelo alumínio e o preço a que o vende. Em conformidade com os acordos contratuais entre a BHP Billiton, a Mitsubishi e a IDC da África do Sul, cada um compra uma determinada percentagem do alumínio produzido, a 99% do preço a pronto ou do preço '3-meses' do London Metal Exchange.⁶³ Presumivelmente e por sua vez, estes três assumem de seguida o controle de

venda em diferentes mercados. A divisão percentual do alumínio entre os três investidores foi dada a conhecer à Jubilee Debt Campaign pelos documentos que nos foram facultados pela UK Export Finance.⁶⁴

A diferença de 1% no preço não pode ser a explicação dos avultados lucros extras feitos pela BHP Billiton em cima do dividendo. Mas lucros mais elevados podem ter sido obtidos através da compra de alumínio da Mozal quando os preços de mercado eram menores, e da venda a preços elevados. Os valores da BHP são referentes a anos financeiros, como tal não correspondem exatamente aos do IGEPE, a holding do governo de Moçambique.

Em 2011/12, a BHP Billiton relatou um prejuízo da Mozal. Pode ser que isto represente uma perda em operações de alumínio, em vez de indicar uma perda particular feita pela Mozal.

Tabela 4. Dividendos da BHP Billiton vindos da Mozal

Ano	Lucro Declarado pela BHP Billiton ⁶⁵ (Por Ano Financeiro)	Estimativa de Rendimentos de Dividendos da Tabela 3 (Por Ano de Calendário)	Estimativa de Lucros Derivados de Outras Fontes*
2005/06	\$185 milhões	\$84.4 milhões	
2006/07	\$259 milhões	\$144.8 milhões	
2007/08	\$207 milhões	\$185.7 milhões	
2008/09	\$84 milhões	\$103.9 milhões	
2009/10	\$4 milhões	0	
2010/11	\$66 milhões	0	
2011/12	-\$5 milhões	0	
Total	\$800 milhões	\$518.8 milhões	\$281.2 milhões
Média Anual	\$114 milhões	\$74.1 milhões	\$39.9 milhões

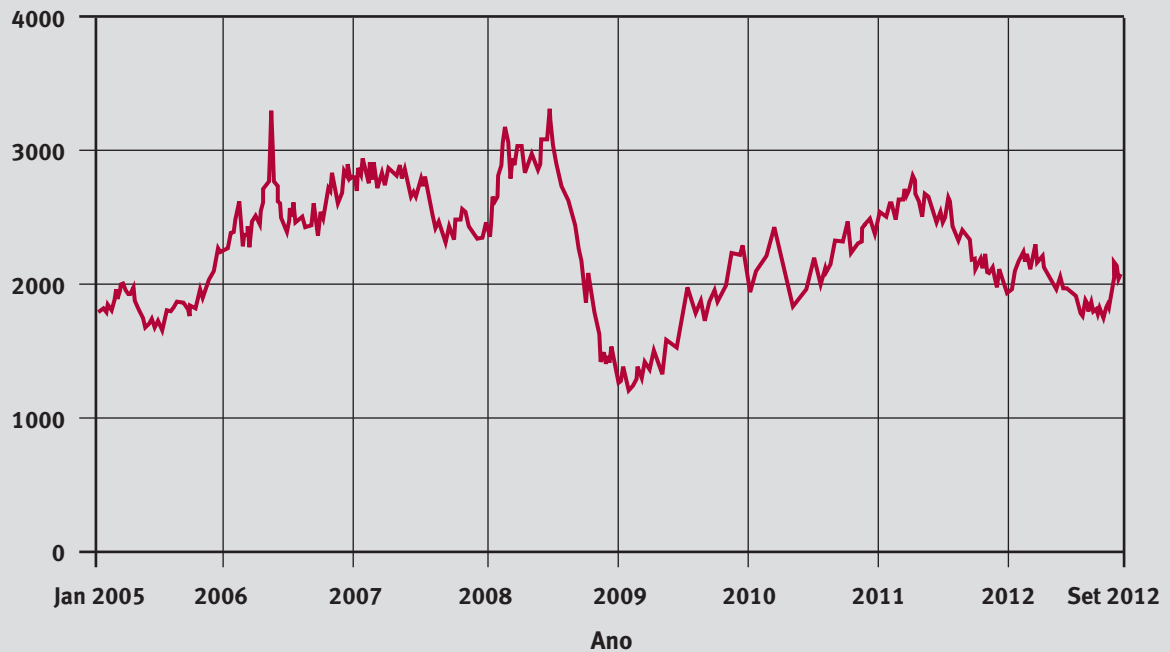
* Devido à diferença entre ano financeiro e ano de calendário, só o total foi calculado

Se a Mitsubishi e a IDC da África do Sul fizeram o mesmo lucro global que a BHP Billiton, na proporção das suas respectivas participações, os dois tiveram em média um lucro total anual, de 2005/06 a 2011/12, de \$61 milhões e \$58 milhões respectivamente.

O lucro obtido pela Mozal e seus acionistas segue por alto as mudanças no preço do alumínio, como tal é estranho que a Mozal não tenha pago dividendos em 2010/11. Em 2011, um recorde de \$1626 milhões em alumínio foram exportados de Moçambique. No fim de 2011, o preço do alumínio caiu substancialmente, possivelmente causando as perdas da BHP Billiton em 2011/12, quer através de perdas em negócios individuais, quer pela retenção de vendas do alumínio devido ao seu baixo preço.

Tabela 5. Valor do Alumínio Exportado e Preço Médio do Alumínio

Ano	Valor das Exportações de Alumínio ⁶⁶	Média Aproximada do Preço a Pronto do Alumínio ⁶⁷
2005	\$1022 milhões	\$1900 por Tonelada
2006	\$1403 milhões	\$2500 por Tonelada
2007	\$1517 milhões	\$2600 por Tonelada
2008	\$1453 milhões	\$2600 por Tonelada
2009	0	\$1500 por Tonelada
2010	\$1160 milhões	\$2200 por Tonelada
2011	\$1626 milhões	\$2300 por Tonelada
Média	\$1169 milhões	

Gráfico 4. Preço a Pronto de uma Tonelada de Alumínio de Janeiro de 2005 a Setembro de 2012⁶⁸

A UK Export Finance definiu como condição para apoiar a Mozal, que o lucro da BHP Billiton teria de ser repatriado para o Reino Unido, onde seria tributado.⁶⁹ A falta de transparência nas normas fiscais do Reino Unido significa que nós não sabemos se a BHP Billiton repatriou todos, ou quaisquer, dos seus lucros da Mozal para o Reino Unido, e se assim foi, se tudo foi tributado.

No Reino Unido o imposto sobre os lucros das empresas foi de 30% até 2007/08. Então foi reduzido para 28% até 2010/11, e agora foi reduzido novamente para 26%. Isto significa que, do lucro da BHP Billiton com a Mozal desde 2004, até \$278 milhões (29%) podem ter sido pagos ao governo do Reino Unido em impostos. Em média \$35 milhões por ano.

Tabela 6. Possíveis Impostos Sobre o Lucro da BHP Billiton no Reino Unido

Ano	Lucro da BHP Billiton com a Mozal ⁷⁰	Taxa de Imposto Corporativo no Reino Unido	Possíveis Impostos Pagos pela Mozal no Reino Unido
2004/2005	\$130 milhões	30%	\$39 milhões
2005/2006	\$185 milhões	30%	\$56 milhões
2006/2007	\$259 milhões	30%	\$78 milhões
2007/2008	\$207 milhões	30%	\$62 milhões
2008/2009	\$84 milhões	28%	\$24 milhões
2009/2010	\$4 milhões	28%	\$1 milhões
2010/2011	\$66 milhões	28%	\$18 milhões
2011/2012	-\$5 milhões	26%	\$0 milhões
Total	\$935 milhões		\$278 milhões

C. Custos

C1. Importações

Em 2003, um relatório para a Mozal do Professor Carlos Nuno Castel-Branco e de Nicole Goldin estimou que até 2008 os custos de importação chegariam a \$450 milhões.⁷¹ De acordo com o Mozfund, a alumina (óxido de alumínio) é responsável por, entre um terço e metade dos custos de exploração, das fundições ocidentais.⁷² A alumina da Mozal é fornecida pelo seu maior acionista, a BHP Billiton, e é proveniente de minas e refinarias de bauxita na Austrália Ocidental.⁷³ 250 mil toneladas por ano são fornecidas quer à Mozal I, como à Mozal II – 500 mil toneladas por ano. Até ao final de 2012, o preço da alumina foi fixo em 12.5% do preço ‘3-meses’ de alumínio do LME para a Mozal I, e 13.1% do mesmo para a Mozal II.⁷⁴

Assumindo um preço de alumínio médio de \$2200 por tonelada, entende-se que a Mozal tem vindo a pagar uma média de cerca de \$280 por tonelada de alumina, \$140 milhões por ano para 500 mil toneladas. Em 2001 a Mozfund afirmou que os preços eram “competitivos”.⁷⁵ Em Outubro de 2011, os preços à vista de alumina eram de \$350 por tonelada, bem acima do preço fixo a ser pago pela Mozal.⁷⁶

O relatório de 2003 para a Mozal diz que a BHP Billiton é um produtor de alumínio “verticalmente integrado”, o que significa que pode “decidir sobre a transferência e alocação dos seus próprios lucros”.⁷⁷ As empresas verticalmente integradas podem fazer isso alterando o valor pago no comércio interino de mercadorias e serviços, para que mais lucro seja feito sobre jurisdições fiscais mais baixas.

Um dos maiores custos de produção de alumínio é a eletricidade, que geralmente representa cerca de um terço dos custos.⁷⁸ A eletrólise é utilizada para separar o alumínio do oxigénio, o que requer uma grande quantidade de energia para o fazer.

A BHP Billiton diz que a eletricidade da fundição é proveniente da barragem moçambicana de Cahora Bassa. É comprada a uma companhia de eletricidade que resulta duma parceria entre as companhias de eletricidade de Moçambique e da Suazilândia, e a gigante Sul-Africana Eskom: a Motraco, que foi fundada na década de 1990 apenas para fornecer eletricidade à Mozal.⁷⁹ A barragem de Cahora Bassa tem uma capacidade instalada de 2GW

(o mesmo que uma estação elétrica a carvão standard no Reino Unido). Segundo a WWF, Cahora Bassa vende quase toda a sua eletricidade à Eskom, alguma da qual é vendida de volta a Moçambique para uso na Mozal.⁸⁰ Efetivamente, a eletricidade da Mozal vem da barragem de Cahora Bassa em Moçambique, mas é transmitida financeira e fisicamente via África do Sul.

Desde 2006 até 2012 a Mozal tem vindo a pagar 1.6¢ / Kwh de eletricidade.⁸¹ Nós estimamos que a Mozal use 7700 Gwh de eletricidade por ano.⁸² A este preço, o seu custo total de eletricidade por ano seria de cerca de \$120 milhões.⁸³

C2. Salários dos Trabalhadores Locais

O relatório de 2003 estimava que a verba para salários Moçambicanos seria de \$17 milhões em 2008 para os 1000 trabalhadores locais, o que significava \$17 mil por trabalhador.⁸⁴ Em 2001, a Mozfund estimou que, de 1.030 trabalhadores empregados na Mozal I e II, 930 seriam de Moçambique.⁸⁵

C3. Pagamentos da Dívida

Pedimos a todas as instituições públicas que emprestaram dinheiro à Mozal, que nos facultassem números referentes ao pagamento dessas dívidas. No entanto, apenas o CDC do Reino Unido forneceu os seus.

O CDC concedeu três empréstimos, de \$4.5 milhões e \$45 milhões (ambos em 1998) e de \$3.3 milhões (em 2001).⁸⁶ A “taxa de juros efetiva combinada” destes empréstimos foi de 15.6%.⁸⁷ Nos dois pequenos empréstimos, a taxa de juros estava a flutuar numa margem fixa acima da LIBOR. Para o empréstimo de \$45 milhões, foi usada uma taxa de juros fixa de 7,96%, acrescida de um montante de juros adicional calculado com base na produção e no preço do alumínio da Mozal.⁸⁸ No total, praticamente todos os \$52.8 milhões em empréstimos já foram pagos, e além disso, \$88 milhões já foram pagos em juros (ver quadro abaixo).

Os pagamentos de juros e de capital do CDC têm variado de ano para ano, mas, no total, eles têm sido em média de \$10 milhões por ano desde 1999 até 2012, e agora terminaram efetivamente. Os pagamentos de juros por si só foram em média de \$6.3 milhões por ano.

Tabela 6. Empréstimos do CDC e seus Pagamentos

Empréstimo	Quantia	Capital Pago	Juros Pagos	Juros Adicionais Pagos
1º em 1998	\$4.5 milhões	\$4.5 milhões	\$2.4 milhões	
2º em 1998	\$45 milhões	\$45 milhões	\$38.8 milhões	\$45.6 milhões
3º em 2001	\$3.3 milhões	\$2.7 milhões	\$1.3 milhões	

Se todos os outros empréstimos à Mozal tivessem tido em média o mesmo coeficiente de juros e pagamentos, a média de juros e pagamentos de capital teria sido de \$200 milhões por ano,⁸⁹ tendo toda a dívida sido virtualmente paga. Desse total, aproximadamente \$125 milhões seriam juros e \$75 milhões pagamentos de capital.⁹⁰ Nas nossas estimativas dos gráficos 1 e 2, supomos que outras instituições de financiamento ao desenvolvimento, tais como o IFC do Banco Mundial, receberam juros à mesma taxa. De facto, embora o IFC não tenha divulgado números, em sua documentação afirma ter uma posição e empréstimo quase-capital de \$110 milhões e um outro empréstimo de \$25 milhões. “Quase-capital” é uma descrição semelhante à usada sobre o empréstimo de \$45 milhões do CDC em que juros adicionais foram pagos em função à produção e preço de alumínio.⁹¹

No entanto, as taxas de juros em alguns dos empréstimos privados provavelmente não foram tão altas. Pelo menos, naqueles que foram garantidos por agências governamentais de crédito à exportação. Documentos do UK Export Finance sugerem que de \$80 milhões de empréstimo que estava a garantir ao Mozfund para a Mozal II sob getão do Deutschebank, \$110 milhões seriam reembolsados em pagamentos de capital e juros.⁹² Se esta taxa fosse aplicada a todos os empréstimos até estes estarem saldados, por cada \$75 milhões de pagamentos de capital, haveriam \$25 milhões de juros.

Embora não saibamos o valor exato, a média de pagamentos de capital e de juros de todos os empréstimos da Mozal, é provável que tenha sido bem superior a \$100 milhões por ano, mas inferior a \$200 milhões.

C4. Os Impostos Locais

À Mozal foram dadas isenções fiscais extremamente generosas. A fundição não paga quaisquer impostos sobre o lucro, ou sobre vendas, alfandegários ou de circulação. O único imposto que paga é um imposto de 1% sobre a receita bruta das vendas de alumínio.⁹³ Em contraste, o imposto sobre os lucros e rendimentos padrão em Moçambique é de 32%. Com uma receita média de \$1.2 bilhões, o imposto de 1% angariaria em média \$12 milhões em impostos por ano. Este valor pode ser sobreestimado. Incentivos fiscais como o custo de formação de pessoal pode ser compensado com esse imposto de 1%.⁹⁴

À Mozal foi dado também um regime liberal de operações cambiais. Todos os reembolsos de lucro e de empréstimos podem ser repatriados, e a Mozal pode efetuar operações cambiais offshore em vez de em Moçambique.⁹⁵

A avaliação de impacto da Mozal de 1998 diz que estes incentivos fiscais e cambiais foram “necessários para produzir retornos razoáveis para a fundição proposta”.⁹⁶ Quando o marketing da fundição para angariar empréstimos foi feito, a Mozfund descreveu as disposições fiscais e de investimento como “vantajosas”.⁹⁷

C5. Caridade

A Associação Mozal para o Desenvolvimento da Comunidade foi configurada para, entre outros, financiar projetos de saúde e educação na área circundante. Num documento sem data a BHP Billiton diz ter gasto \$10 milhões em projetos de desenvolvimento, como escolas secundárias durante a vida útil do projeto.⁹⁸ Em 2006, a Mitsubishi disse que \$13 milhões foram gastos em projetos de desenvolvimento pela Associação Mozal para o Desenvolvimento da Comunidade,⁹⁹ ou seja, \$2 milhões por ano. O IFC diz que “com uma despesa anual prevista na ordem dos \$2 milhões em iniciativas sociais e comunitárias, a Associação Mozal vai trabalhar para garantir a sustentabilidade do impacto do projeto sobre as populações locais”.¹⁰⁰

C6. Fornecedores Locais

A BHP Billiton diz que \$180 milhões são gastos na economia local, em resultado da fundição.¹⁰¹ Tirando os \$36 milhões gastos em tributação, com o governo, em salários locais e em caridade, ficamos com \$144 milhões gastos em fornecedores locais. No entanto, este valor parece ser muito alto. O relatório de 2003 para a Mozal diz que os gastos com fornecedores locais representam mais de 50% do que os gastos com impostos e salários locais¹⁰² (que são em média de \$28 milhões), o que tornaria os gastos com fornecedores locais em mais do que \$42 milhões. O que por sua vez faz com que o gasto total na economia local seja de cerca de \$70 milhões. Ainda muito aquém dos \$180 milhões declarados pela BHP Billiton.

A diferença pode ser causada pela BHP Billiton estar a incluir o custo da energia elétrica no montante gasto na economia local. Acima já estimamos que a conta de energia elétrica da Mozal é de cerca de \$120 milhões. Adicionando esta figura aos \$70 milhões, ficamos com \$190 milhões, valor semelhante aos \$180 milhões da BHP Billiton.

C7. Estimativa Final

Na página 8 nós produzimos uma estimativa de para onde as receitas da Mozal estão a ir. Estes números são todos retrospectivos. No futuro, assim como variações no preço do alumínio e os custos de entrada, os juros da dívida e os pagamentos de capital tendem a ser muito mais baixos, se alguns. Isto pode levar a maiores lucros.

Em 2001, o Mozfund disse que o custo operacional de caixa foi de \$916 por tonelada de alumínio produzida;¹⁰³ \$500 milhões. Isso abrange todas as importações, salários, energia elétrica e fornecedores locais, mas não a dívida nem o pagamento de juros. O total dos valores acima é maior do que isso (\$600 milhões), mas isso pode refletir a inflação, particularmente os preços de entrada e o aumento dos custos de energia elétrica em 2006.

Ainda em 2001, o Mozfund disse também que esses custos foram bem abaixo dos custos médios mundiais para a produção de alumínio – \$1223 por tonelada – graças “aos custos competitivos da energia elétrica e de alumina, e da alta produtividade da tecnologia Aluminium Pechiney”.¹⁰⁴

Referências

1. DEG. (Undated). Act responsibly – Why CSR pays off. http://www.deginvest.de/deg/EN_Home/1/Download_Center/PDFs_Online-Library/DEG_Broschuere_E_web.pdf
2. Mozfund. (2001). Information memorandum Mozfund (Pty) Limited Acting as lender to Mozal Aluminium Smelter Project Phase II and, in this regard, as borrower for USD75 million ECGD-insured facility. September 2011. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
3. Alumina is the industry name for Aluminium Oxide, the main source of which is the mineral bauxite.
4. Mozfund. (2001). Information memorandum Mozfund (Pty) Limited Acting as lender to Mozal Aluminium Smelter Project Phase II and, in this regard, as borrower for USD75 million ECGD-insured facility. September 2011. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
5. http://www.deginvest.de/deg/EN_Home/1/Download_Center/PDFs_Online-Library/DEG_Horizons_4_03.pdf
6. Industrial Development Corporation of South Africa Limited. (1999). Information memorandum on the funding of the South African Export Credit Loan. MOZFUND (PTY) Limited. May 1999. p12. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act. And Mozfund. (2001). Information memorandum Mozfund (Pty) Limited Acting as lender to Mozal Aluminium Smelter Project Phase II and, in this regard, as borrower for USD75 million ECGD-insured facility. September 2011. p13. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
7. Mozfund. (2001). Information memorandum Mozfund (Pty) Limited Acting as lender to Mozal Aluminium Smelter Project Phase II and, in this regard, as borrower for USD75 million ECGD-insured facility. September 2011. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance. And <http://www.mcli.co.za/mcli-web/members/mozal.htm>
8. Compliance Advisor Ombudsman. (2011). Ombudsman Assessment Report: Complaint regarding the Mozambique Aluminum S.A.R.L. (MOZAL) Investment – IFC Mozal II Project (#10323). Maputo. Mozambique. February 2011.
9. The 50:50 split between debt and equity was agreed at the start of the project. Industrial Development Corporation of South Africa Limited. (1999). Information memorandum on the funding of the South African Export Credit Loan. Mozfund (PTY) Limited. May 1999. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
10. EIB. (2012). Email to Jubilee Debt Campaign. 23/05/12.
11. EIB. (2001). Project summary information: Mozal II aluminium smelter. http://www.eib.org/attachments/thematic/mining_projects_mozal_ii_aluminium_smelter.pdf
12. These amounts have been calculated assuming that investments have been at the same proportion as the Mozambique government made for its 3.9 per cent equity share.
13. \$40 million of this was guaranteed by the Multilateral Investment Guarantee Agency, part of the World Bank. From Compliance Advisor Ombudsman. (2011). Ombudsman Assessment Report: Complaint regarding the Mozambique Aluminum S.A.R.L. (MOZAL) Investment – IFC Mozal II Project (#10323). Maputo. Mozambique. February 2011.
14. Unless otherwise stated, this all comes from Compliance Advisor Ombudsman. (2011). Ombudsman Assessment Report: Complaint regarding the Mozambique Aluminum S.A.R.L. (MOZAL) Investment – IFC Mozal II Project (#10323). Maputo. Mozambique. February 2011.
15. All of these loans were guaranteed by either the Credit Guarantee Insurance Corporation of South Africa (CGIC) for Mozal I or the South African government Export Credit Insurance Corporation of South Africa Limited (ECIC) for Mozal II. The ECIC backed loans totalled \$250 million, which means the CGIC loans must have been around \$195 million. Of this, UK Export Finance in turn guaranteed \$146 million of the loans, \$75 million for Mozal II and \$70 million for Mozal I. It is known at least some, if not all, of this is loans by BNP Paribas and Deutsche Bank. Of the remainder of the \$250 million Mozal II loan, the Japanese government's Nippon Export and Investment Insurance guaranteed \$75 million. From Mozfund. (2001). Information memorandum Mozfund (Pty) Limited Acting as lender to Mozal Aluminium Smelter Project Phase II and, in this regard, as borrower for USD75 million ECGD-insured facility. September 2011. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance. And <http://www.mcli.co.za/mcli-web/members/mozal.htm> And <http://www.tradefinancemagazine.com/Article/2142260/Mozfund-gets-OII-cover-from-ECGD.html> And Export Credits Guarantee Department. (2002). Underwriting Submission: Overseas Investment Insurance Cover: Mozfund. 24/02/02. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance. And ECGD. (2008). Annual report. Export Credits Guarantee Department. London. And Mozfund. (2001). Information memorandum Mozfund (Pty) Limited Acting as lender to Mozal Aluminium Smelter Project Phase II and, in this regard, as borrower for USD75 million ECGD-insured facility. September 2011. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.

16. Compliance Advisor Ombudsman. (2011). Ombudsman Assessment Report: Complaint regarding the Mozambique Aluminum S.A.R.L. (MOZAL) Investment – IFC Mozal II Project (#10323). Maputo. Mozambique. February 2011.
17. IFC. (2012). Email to Jubilee Debt Campaign. 09/06/12.
18. Compliance Advisor Ombudsman. (2011). Ombudsman Assessment Report: Complaint regarding the Mozambique Aluminum S.A.R.L. (MOZAL) Investment – IFC Mozal II Project (#10323). Maputo. Mozambique. February 2011.
19. Compliance Advisor Ombudsman. (2011). Ombudsman Assessment Report: Complaint regarding the Mozambique Aluminum S.A.R.L. (MOZAL) Investment – IFC Mozal II Project (#10323). Maputo. Mozambique. February 2011.
20. Davies, G. (2012). Letter in response to Freedom of Information Request from Jubilee Debt Campaign. 25/04/12.
21. This loan is in addition to the equity loan to the Mozambique government. The EIB says the second loan was €38 million. EIB. (2001). Project summary information: Mozal II aluminium smelter. http://www.eib.org/attachments/thematic/mining_projects_mozal_ii_aluminium_smelter.pdf
22. Proparco. (2001). PROPARCO finances Mozal 2 expansion project of the Mozal aluminum smelter in Mozambique. http://www.proparco.fr/Accueil_PROPARCO/regional-website/Proparco-afrique-australe/les-projets-afrique-australe/2001-Mozambique-Mozal
23. Compliance Advisor Ombudsman. (2011). Ombudsman Assessment Report: Complaint regarding the Mozambique Aluminum S.A.R.L. (MOZAL) Investment – IFC Mozal II Project (#10323). Maputo. Mozambique. February 2011.
24. Compliance Advisor Ombudsman. (2011). Ombudsman Assessment Report: Complaint regarding the Mozambique Aluminum S.A.R.L. (MOZAL) Investment – IFC Mozal II Project (#10323). Maputo. Mozambique. February 2011.
25. See BHP Billiton. (Various years). Results for the full year ended. <http://www.bhpbilliton.com/home/investors/reports/Pages/default.aspx?report=Financial%2bResults>
26. ECGD. (2001). Minute to Chief Executive. South Africa – Mozal aluminium smelter – phase 2 – CC(01)47. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
27. Mozfund. (2001). Information memorandum Mozfund (Pty) Limited Acting as lender to Mozal Aluminium Smelter Project Phase II and, in this regard, as borrower for USD75 million ECGD-insured facility. September 2011. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
28. CDC. (2012). Freedom of Information response to Jubilee Debt Campaign. 26/06/12.
29. ECGD. (2001). Underwriting minute: Overseas investment insurance – South Africa Magnus Case: 17172 – Mozal, Phase 2 support for Billiton PLC. 11/07/01. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
30. Export Credits Guarantee Department. (2002). RE: Deutsche Bank Investment in Mozfund, South Africa. 20/02/02. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
31. BHP Billiton. (2012). Email to Jubilee Debt Campaign. 30/04/12.
32. ECGD. (2001). Underwriting minute: Overseas investment insurance – South Africa Magnus Case: 17172 – Mozal, Phase 2 support for Billiton PLC. 11/07/01. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
33. Sonne-Schmidt, C., Arndt, C. and Magaua, M. (2009). Contribution of mega-projects to GDP in Mozambique. Maputo. 22 and 23 April 2009.
34. For how we have calculated all these figures see the Appendix.
35. BHP Billiton PLC. (2011). Annual report 2011. Submitted to Companies House 05/12/11.
36. It takes 14,000KWh of electricity to produce one tonne of aluminium. http://www.aalco.co.uk/datasheets/Aluminium-Alloy_Introduction-to-Aluminium-and-its-alloys_9.ashx To produce 550,000 tonnes therefore takes 7,700 GWh. In 2009, Mozambique is listed by the International Energy Agency as producing 17,000 GWh, virtually all of which came from hydro power. http://www.iea.org/stats/electricitydata.asp?COUNTRY_CODE=MZ Of this, 12,000 GWh was used domestically, and 5,000 GWh exported (net). Mozal therefore probably uses around 45 per cent of electricity produced in Mozambique, and is responsible for 65 per cent of electricity consumption.
37. World Bank. (2012). World Development Indicators database.
38. Export Credits Guarantee Department. (2002). Underwriting Submission: Overseas Investment Insurance Cover: Mozfund. 24/02/02. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
39. Hertmark, D. (2008). Presentation to CTA: Electricity Pricing Assessment for Mozambique. Nathan Associates. USAID. June 2008. http://www.speed-program.com/library/resources/tipmoz_media/cat3_link_1216528441.pdf
40. World Bank. (2012). World Development Indicators database.
41. Calculated from World Bank. (2012). World Development Indicators database.
42. World Bank. (2012). World Development Indicators database.

43. IMF. (2012). Republic of Mozambique: Fourth review under the Policy Support Instrument and request for modification of assessment criteria: Debt Sustainability Analysis. 11/05/12.
44. IMF. (2012). Republic of Mozambique: Fourth review under the Policy Support Instrument and request for modification of assessment criteria: Debt Sustainability Analysis. 11/05/12.
45. CAO. (2011). Combudsmen Conclusion Report: Mozal Case Conclusion Report. December 2011.
46. Mozal. (1998). Environmental Assessment: Summary Report for a 500,000 tpa aluminium smelter in Maputo, Mozambique. Released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
47. Compliance Advisor Ombudsman. (2011). Ombudsman Assessment Report: Complaint regarding the Mozambique Aluminium S.A.R.L. (MOZAL) Investment – IFC Mozal II Project (#10323). Maputo. Mozambique. February 2011.
48. CAO. (2011). Combudsmen Conclusion Report: Mozal Case Conclusion Report. December 2011.
49. CAO. (2011). Combudsmen Conclusion Report: Mozal Case Conclusion Report. December 2011.
50. Lemos, A. (2010). Letter to the Australian National Contact Point, OECD Guidelines for Multinational Enterprises. Justica Ambiental. Maputo. 01/10/10.
51. <http://www.groundwork.org.za/Press%20Releases/05Oct04Hillside.asp>
52. CAO. (2011). Complaint regarding the Mozambique Aluminium S.A.R.L (MOZAL) Investment – IFC Mozal II Project (#10323). Ombudsman Assessment Report. February 2011.
53. Compliance Advisor Ombudsman. (2012). Letter to Justica Ambiental. 02/08/12
54. <http://www.epcengineer.com/news/post/3710/mozambique-should-revisit-mega-project-contracts-millennium-bim>
55. <http://www.poptel.org.uk/mozambique-news/newsletter/aim417.html#story2>
56. <http://www.trademarksa.org/node/2662>
57. <http://www.bhpbilliton.com/home/investors/reports/Documents/2010/bhpBillitonAnnualReport2010.pdf> p26.
58. UN Comtrade database.
59. Calculated from UN Comtrade database.
60. <http://www.macauhub.com.mo/en/2011/08/16/mozambican-state%E2%80%99s-dividend-revenues-fall-by-74-million-meticals-in-2010/>
61. IGEPE Annual Reports 2006-2009 <http://www.igepe.org.mz/index.php/pt/relatorio-e-contas>
62. See BHP Billiton. (Various years). Results for the full year ended. <http://www.bhpbilliton.com/home/investors/reports/Pages/default.aspx?report=Financial%2bResults>
63. Mozfund. (2001). Information memorandum Mozfund (Pty) Limited Acting as lender to Mozal Aluminium Smelter Project Phase II and, in this regard, as borrower for USD75 million ECGD-insured facility. September 2011. p13. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
64. Mozfund. (2001). Information memorandum Mozfund (Pty) Limited Acting as lender to Mozal Aluminium Smelter Project Phase II and, in this regard, as borrower for USD75 million ECGD-insured facility. September 2011. p13. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
65. See BHP Billiton. (Various years). Results for the full year ended. <http://www.bhpbilliton.com/home/investors/reports/Pages/default.aspx?report=Financial%2bResults>
66. UN Comtrade Database.
67. Calculated from London Metal Exchange http://www.lme.com/aluminium_graphs.asp
68. http://www.lme.com/aluminium_graphs.asp
69. Export Credits Guarantee Department. (2002). RE: Deutsche Bank Investment in Mozfund, South Africa. 20/02/02. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
70. See BHP Billiton. (Various years). Results for the full year ended. <http://www.bhpbilliton.com/home/investors/reports/Pages/default.aspx?report=Financial%2bResults>
71. Castel-Branco, C.N. and Goldin, N. (2003). Impacts of the Mozal Aluminium Smelter on the Mozambican Economy. 21/09/03. p12.
72. Mozfund. (2001). Information memorandum Mozfund (Pty) Limited Acting as lender to Mozal Aluminium Smelter Project Phase II and, in this regard, as borrower for USD75 million ECGD-insured facility. September 2011. p12. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
73. Mozfund. (2001). Information memorandum Mozfund (Pty) Limited Acting as lender to Mozal Aluminium Smelter Project Phase II and, in this regard, as borrower for USD75 million ECGD-insured facility. September 2011. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance. And BHP Billiton. (2010). Form 20-F. <http://www.bhpbilliton.com/home/investors/reports/Documents/2010/2010Form20f.pdf>
74. Mozfund. (2001). Information memorandum Mozfund (Pty) Limited Acting as lender to Mozal Aluminium Smelter Project Phase II and, in this regard, as borrower for USD75 million ECGD-insured facility. September 2011. p12. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
75. Mozfund. (2001). Information memorandum Mozfund (Pty) Limited Acting as lender to Mozal Aluminium Smelter Project Phase II and, in this regard, as borrower for USD75 million ECGD-insured facility. September 2011. p12. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.

76. http://www.consensuseconomics.com/Alumina_Price_Forecasts.htm
77. Castel-Branco, C.N. and Goldin, N. (2003). Impacts of the Mozal Aluminium Smelter on the Mozambican Economy. 21/09/03. http://www.iese.ac.mz/lib/cncb/Mozal_and_economic_development.pdf p14.
78. <http://www.aluminum.org/Content/NavigationMenu/TheIndustry/GovernmentPolicy/Energy/default.htm>
79. BHP Billiton PLC. (2011). Annual report 2011. Submitted to Companies House 05/12/11.
80. http://wwf.panda.org/what_we_do/footprint/water/dams_initiative/examples/zambezi_river_basin/
81. Export Credits Guarantee Department. (2002). Underwriting Submission: Overseas Investment Insurance Cover: Mozfund. 24/02/02. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
82. It takes 14,000KWh of electricity to produce one tonne of aluminium. http://www.aalco.co.uk/datasheets/Aluminium-Alloy_Introduction-to-Aluminium-and-its-alloys_9.ashx To produce 550,000 tonnes therefore takes 7,700 GWh.
83. 7,700 GWh x 1.6 cents/kWh = \$120 million
84. Castel-Branco, C.N. and Goldin, N. (2003). Impacts of the Mozal Aluminium Smelter on the Mozambican Economy. 21/09/03. p16.
85. Mozfund. (2001). Information memorandum Mozfund (Pty) Limited Acting as lender to Mozal Aluminium Smelter Project Phase II and, in this regard, as borrower for USD75 million ECGD-insured facility. September 2011. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
86. CDC. (2012). Freedom of Information response to Jubilee Debt Campaign. 23/05/12.
87. CDC. (2012). Freedom of Information response to Jubilee Debt Campaign. 15/05/12.
88. CDC. (2012). Freedom of Information response to Jubilee Debt Campaign. 26/06/12.
89. $10/52.8=0.189$. $0.189*1,100 = 208.33$.
90. Interest makes up 62.5% of payments to CDC. $0.625*200 = \$125$ million.
91. CAO. (2011). Complaint regarding the Mozambique Aluminium S.A.R.L (MOZAL) Investment – IFC Mozal II Project (#10323). Ombudsman Assessment Report. February 2011. And Williams, S. (2000). Mozal: Creating a shining new future. African Business. November 2000. http://www.africasia.com/archive/ab/00_11/mozam2.htm And <http://business.highbeam.com/137722/article-1G1-55073011/mozal-aluminium-smelting-project>
92. ECGD. (2001). Minute to Chief Executive. South Africa – Mozal aluminium smelter – phase 2 – CC(01)47. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
93. Industrial Development Corporation of South Africa Limited. (1999). Information memorandum on the funding of the South African Export Credit Loan. MOZFUND (PTY) Limited. May 1999. p12. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act. And Mozfund. (2001). Information memorandum Mozfund (Pty) Limited Acting as lender to Mozal Aluminium Smelter Project Phase II and, in this regard, as borrower for USD75 million ECGD-insured facility. September 2011. p13. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
94. Castel-Branco, C.N. and Goldin, N. (2003). Impacts of the Mozal Aluminium Smelter on the Mozambican Economy. 21/09/03.
95. Industrial Development Corporation of South Africa Limited. (1999). Information memorandum on the funding of the South African Export Credit Loan. MOZFUND (PTY) Limited. May 1999. p12. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
96. Mozal. (1998). Environmental Assessment: Summary Report for a 500,000 tpa aluminium smelter in Maputo, Mozambique. Released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance. p4.
97. Mozfund. (2001). Information memorandum Mozfund (Pty) Limited Acting as lender to Mozal Aluminium Smelter Project Phase II and, in this regard, as borrower for USD75 million ECGD-insured facility. September 2011. p13. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
98. http://www.b4md.com.au/Files/MDG2_CaseStudy.pdf
99. <http://www.mitsubishicorp.com/jp/en/csr/library/pdf/06sr-07.pdf>
100. IFC. (2001). Mozal II: Summary of Project Information. 08/02/01.
101. http://www.b4md.com.au/Files/MDG2_CaseStudy.pdf
102. Castel-Branco, C.N. and Goldin, N. (2003). Impacts of the Mozal Aluminium Smelter on the Mozambican Economy. 21/09/03. p18.
103. Mozfund. (2001). Information memorandum Mozfund (Pty) Limited Acting as lender to Mozal Aluminium Smelter Project Phase II and, in this regard, as borrower for USD75 million ECGD-insured facility. September 2011. p5. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.
104. Mozfund. (2001). Information memorandum Mozfund (Pty) Limited Acting as lender to Mozal Aluminium Smelter Project Phase II and, in this regard, as borrower for USD75 million ECGD-insured facility. September 2011. Partially redacted version released to Jubilee Debt Campaign under the UK Freedom of Information Act by UK Export Finance.



Desenvolvimento de Quem?

A fundição de alumínio da Mozal em Moçambique

Desde 1999 que um apoio financeiro e político significativo foi dado por governos estrangeiros para a construção da fundição de alumínio da Mozal em Moçambique, projetada como um exemplo brilhante de desenvolvimento sustentável que iria impulsionar a economia e reduzir a pobreza. Em troca, eles e os investidores privados têm visto grandes retornos em lucros e juros, mas e o governo de Moçambique? Este relatório investiga quem está realmente a lucrar com os milhões da Mozal.